



Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 187ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pittelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gabriel Sampaio, Edilson Alencar, Luiz Alberto Oliveira (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Maurício Fruet, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Ezequias Losso, Fuad Nacli e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

MENSAGEM:

Nº 89/75

Curitiba, 14 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, com vistas ao novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, a vigor a partir de 1º de janeiro de 1976, objetiva criar os cargos que especifica nos quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Estado.

A anexa cópia autêntica do Ofício nº 471/75, do Senhor Presidente, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, diz, em maiores detalhes, sobre a necessidade, oportunidade e alto significado da medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Tendo em vista o elevado interesse público de que se reveste a matéria contida no plano de lei em questão, é solicitada sua apreciação na forma prevista pelo § 3º, do art. 25, da Constituição Estadual.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Ficam criados nos quadros correspondentes dos

serviços da Justiça do Estado, como decorrência do novo Código de Organização e Divisão judiciárias do Estado do Paraná, a entrar em vigor em 1º de janeiro de 1976 e aprovado de conformidade com o estatuído no parágrafo 5º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda nº 1, de 17 de outubro de 1969), regulamentado pela Lei nº 5.621, de 4 de novembro de 1970, os seguintes cargos:

I — 6 (seis) de Juiz do Tribunal de Alçada;

II — 6 (seis) de Juiz de Direito Subscrito de Segunda Instância;

III — 17 (dezesete) de Juiz de Direito de Entrância Final;

VI — 11 (onze) de Juiz de Direito Substituto de Primeira Instância;

V — 46 (quarenta e seis) de Juiz de Direito de Entrância Intermediária;

VI — 7 (sete) de Juiz de Direito Auxiliar de Entrância Intermediária;

VII — 15 (quinze) de Juiz de Direito de Entrância Inicial;

VIII — 14 (quatorze) de Juiz Adjunto.

Parágrafo único — Os atuais cargos de Juiz Substituto passam a ter a denominação de Juiz Adjunto, devendo o órgão competente da Secretaria do Tribunal de Justiça providenciar as necessárias apostilas.

Art. 2º — O artigo 3º da Lei Estadual nº 6.137, de 31 de julho de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 3º — Os desembargadores componentes das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça perceberão, mensalmente, gratificação idêntica à percebida pelos membros do Conselho Superior da Magistratura”.

Art. 3º — Os Juízes em substituição nos Tribunais de Segunda Instância perceberão vencimentos equivalentes aos dos substituídos, até trinta dias após a desconvocação.

Art. 4º — O Juiz de Direito que, cumulativamente com suas funções na Vara ou Comarca de que é titular, exercer jurisdição plena, em regime de exceção, em outra Vara ou Comarca, perceberá quando o período for superior a quinze dias, a título de gratificação, um terço do vencimento básico de seu cargo.

Art. 5º — Os proventos dos magistrados inativos compreendem vencimentos, vantagens e acréscimos legais que percebam ou venham a perceber os em atividade da categoria correspondente.

Parágrafo único — Aplica-se o mesmo preceito à disponibilidade com vencimentos não integrais, observada a proporção estabelecida.

Art. 6º — Ficam criadas na Comarca de Entrância Final de Curitiba os seguintes cargos:

I — 8 (oito) de Escrivão do Crime, nível PJ-30;

II — 10 (dez) de escrivão do Cível;

III — 36 (trinta e seis) de Oficial de Justiça, nível PJ-22;

IV — 25 (vinte e cinco) de Auxiliar de Cartório Criminal nível PJ-20.

Parágrafo único — Os Escrivães da Terceira (3ª) e Quarta (4ª) Varas de Família e da Quarta (4ª) Vara da Fazenda Pública perceberão vencimentos correspondentes ao nível PJ-25.

Art. 7º — Ficam criados os seguintes cargos, nas Comarcas de Entrância Intermediária de:

a) APUCARANA:

Um (1) de Escrivão de Manores, nível PJ-29;

Dois (2) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

b) CAMPO MOURÃO:

um (01) de Escrivão do Cível;

Um (01) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;

Um (01) de Escrivão de Moenores, nível PJ-29;
Seis (06) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
Um (01) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

c) CASCABEL:
Dois (02) de Escrivão do Cível;
Um (01) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
Um (01) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
Oito (08) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
Um (01) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

d) CIANORTE:
Um (01) de Escrivão de Menores, nível PJ-19.
Dois (02) de Oficial de Justiça, nível PH

e) FOZ DO IGUAÇU:
Um (01) de Escrivão do Cível;
Quatro (04) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

f) FRANCISCO BELTRÃO:
Um (01) de Escrivão do Cível;
Dois (02) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

g) GUARAPUAVA:
Um (01) de Escrivão do Cível;
Dois (02) de Oficial do Cível;
Dois (02) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

h) LONDRINA:
Dois (02) de Escrivão do Cível;
Dois (02) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
Oito (08) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
Dois (02) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

i) MARINGÁ:
Dois (02) de Escrivão do Cível;
Um (01) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
Seis (06) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
Um (01) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

j) PARANAVAÍ:
Um (01) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
Dois (02) de Oficial, nível PJ-19.

k) PATO BRANCO:
Um (01) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
Dois (02) de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

l) PONTA GROSSA:
Dois (02) de Escrivão do Cível;
Um (01) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
Seis (06) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
Um (01) de Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-18.

m) UMUARAMA:
Um (01) de Escrivão do Cível;
Um (01) de Escrivão do Crime, nível PJ-29;
Um (01) de Escrivão de Menores, nível PJ-29;
Seis (06) de Oficial de Justiça, nível PJ-19;
Um (01) de Auxiliar de Cartório, Criminal, nível PJ-18.

Art. 8º – Ficam criados em cada uma das Comarcas de Entrância Intermediária de Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Cruzeiro do Oeste, Guaíra, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Rolândia, São José dos Pinhais e Toledo, dois (02) cargos de Oficial de Justiça, nível PJ-19.

Art. 9º – Ficam criados em cada uma das Comarcas de Entrância Inicial de Altônia, Alto Piquiri, Barracão, Barbosa Ferraz, Cidade Gaúcha, Corbélia, Grandes Rios, Palmital, Palotina, Pérola, Realeza, Santa Helena, São João do Ivaí, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa do Oeste, os cargos de:

I – Um (01) Escrivão do Cível;
II – Um (01) Escrivão do Crime, nível PJ-28;
III – Dois (02) Oficial de Justiça, nível PJ-16;
IV – Um (01) Auxiliar de Cartório Criminal, nível PJ-16;
V – Um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor,

Depositário Público e de Avaliador Judicial.

Art. 10 – Ficam criados nos serviços auxiliares internos do Tribunal de Justiça:

a) Setente e um (71) cargos de Servente, assim discriminados:

I – Dez (10) no nível PJ-14;
II – Dez (10) no nível PJ-13;
III – Dez (10) no nível PJ-12;
IV – Dez (10) no nível PJ-11;
V – Dez (10) no nível PJ-10;
VI – Dez (10) no nível PJ-09;
VII – Onze (11) no nível PJ-08.

Parágrafo único – Em cada nova Vara criada pelo novo Código de Organização e Divisão Judiciárias, será lotado (01) um Servente.

Art. 11 – A carreira de Assistente Social, previsto no número XII, do artigo 6º da Lei nº 5.848, de 23 de setembro de 1968, com as modificações introduzidas pela Lei nº 6.620 de 30 de setembro de 1974, fica acrescida de:

I – Um (01) cargo de nível PJ-28;
II – Um (01) cargo no nível PJ-27;
III – Dois (02) cargos no nível PJ-26.

Parágrafo único – Será lotado um Assistente Social nas Varas de Menores das Comarcas de Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Art. 12 – São criados os seguintes Ofícios e cargos correspondentes no foro extrajudicial:

I – na Entrância Final (Comarca de CURITIBA):

a) Dois (2) Ofícios de Registro de Títulos e Documentos, acumulando o Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas, com a denominação ordinal de 3º e 4º Ofícios, respectivamente;

b) (Dois) 2 Ofícios de Protesto de Títulos, com a denominação ordinal de 3º e 4º Ofícios, respectivamente;

c) os atuais 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro Civil de Nascimentos e Óbitos do distrito da sede da Comarca de Curitiba ficam constituídos, também, do de Casamento.

II – Nas Comarcas de Entrância Intermediárias de:

a) ARAUCÁRIA:
Um (01) Tabelionato de Notas.

b) ASTORGA:
Um (01) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

c) ASSIS CHATEAUBRIAND:
Um (01) Tabelionato de Notas.

d) CAMPO MOURÃO:
Um (01) Ofício de Protesto de Títulos.

e) CASCABEL:
Um (01) Tabelionato de Notas;
Dois (02) Ofícios de Registro de Imóveis, que passam a ter a denominação ordinal de 2º e 3º Ofícios, respectivamente;
Um (01) Ofício de Protesto de Títulos;
Um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos.

f) FOZ DO IGUAÇU:
Um (01) Tabelionato de Notas.

g) GUAÍRA:
Um (01) Tabelionato de Notas.

h) JACAREZINHO:
Um (01) Tabelionato de Notas.

i) LARANJEIRAS DO SUL:
Um (01) Tabelionato de Notas.

j) PARANAVAÍ:
Um (01) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

k) PATO BRANCO:

Um (01) Tabelionato de Notas;

Um (01) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

l) ROLÂNDIA:

Um (01) Tabelionato de Notas.

m) SÃO JOSÉ DOS PINHAIS:

Um (01) Tabelionato de Notas;

Um (01) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

n) UMUARAMA:

Um (01) Ofício de Protesto de Títulos.

o) GUARAPUAVA:

Um (01) Ofício de Protesto de Títulos.

p) IRATI:

Um (01) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

p) IVAIPORÃ:

Um (01) Tabelionato de Notas.

r) LONDRINA:

Um (01) Ofício de Protesto de Títulos.

s) MARINGÁ:

Um (01) Ofício de Protesto de Títulos.

t) PONTA GROSSA:

Um (01) Ofício de Protesto de Títulos.

u) TOLEDO:

Um (01) Tabelionato de Notas;

Um (01) Ofício de Registro de Imóveis, que passa a ter a denominação ordinal de 2º Ofício.

III - Na Entrância Inicial:

a) em cada uma das Comarcas de Altônia, Alto Piquiri, Barracão, Barbosa Ferraz, Cidade Gaúcha, Corbélia, Grandes Rios, Palmital, Palotina, Pérola, Realeza, Santa Helena, São João do Ivaí, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa do Oeste:

Um (01) Tabelionato de Notas;

Um (01) Ofício de Protesto de Títulos;

Um (01) Ofício de Registro de Imóveis;

Um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos;

Um (01) Ofício de Registro de Títulos e Documentos;

Um (01) Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 13 - O Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel é desmembrado, constituindo-se o Primeiro (1º), o Segundo (2º) e o Terceiro (3º) Ofícios de Registro de Imóveis.

Art. 14 - O Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos da Comarca de Cascavel é desmembrado, constituindo-se o Primeiro (1º) e o Segundo (2º) Ofícios.

Art. 15 - Fica desanexado do Primeiro (1º) Ofício de Rendas de Imóveis da Comarca de Maringá, o Ofício de Registro de Títulos e Documentos, exercido cumulativamente, passando as referidas atribuições à competência do Ofício já existente de Registro de Títulos e Documentos.

Art. 16 - Fica criado no município e Comarca de Chopinzinho o distrito judiciário de Saudades, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas constantes da Lei Estadual número 8, de 8 de junho de 1973.

Art. 17 - O Ofício de Registro Civil de Casamento, acumulando as funções de Escrivia de Execuções Criminais e Corregedoria dos Presídios, dos distritos da sede de Curitiba, fica suprimido, podendo o atual oficial optar, dentro do prazo de vinte (20) dias da vigência do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, por qualquer dos Ofícios criados, no foro judicial ou extrajudicial da Comarca de Curitiba, direito que lhe é assegurado com prioridade.

Art. 18 - Ficam criadas, na Entrância Inicial, as seguintes Comarcas:

I - ALTÔNIA: compreendendo o distrito da sede;

II - ALTO PIQUIRI: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Brasilândia, Paulistânia, Mirante do Piquiri e Salto do Oeste (Município de Alto Piquiri);

III - BARBOSA FERRAZ: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Ourilândia, Teresa Breda e Corumbataí do Sul (Município de Barbosa Ferraz).

IV - CIDADE GAÚCHA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Rondon e Bernardelli (Município de Rondon) e de Guaporema, Tapira e Nova Olimpia (Município do mesmo nome).

V - CORBÉLIA: compreendendo o distrito da sede.

VI - GRANDES RIOS: compreendendo o distrito da sede.

VII - PALMITAL: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Laranjal e Altamira (Município de Palmital).

VIII - PALOTINA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Vila Maripa, São Camilo, Pérola Independente e Alto Santa Fé (Município de Palotina).

IX - PÉROLA: compreendendo a sede e o distrito judiciário de Boa Esperança (Município de Pérola).

X - REALEZA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Marmelândia (Município de Realeza), de Salto do Lontra de Santa Izabel do Oeste e Rio da Prata (Município de Santa Izabel do Oeste e de Ampere (Município do mesmo nome).

XI - SANTA HELENA: compreendendo o distrito da sede.

XII - SÃO JOÃO DO IVAÍ: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Lunardelli e Ubuañã (Município de São João do Ivaí).

XIII - SÃO MIGUEL DO IGUAÇU: compreendendo o distrito da sede.

XIV - TERRA ROXA DO OESTE: compreendendo o distrito da sede.

Art. 19 - As Escrivâncias de Paz e Anexos, existentes nos distritos judiciários que passam a ser sede de Comarca, ficam extintas, assegurado a seus ocupantes o direito de opção por qualquer dos ofícios da nova Comarca.

Art. 20 - São elevadas à categoria de Entrância Intermediária as seguintes Comarcas: Araucária, Assis Chateaubriand, Bela Vista do Paraíso, Goioerê, Guaira, Laranjeiras do Sul, Rolândia e Toledo.

Parágrafo Único. Os cargos integrantes dos serviços da Justiça, referentes às Comarcas aludidas neste artigo, ficam transformados em cargos correspondentes aos de entrância intermediária, exceto aos relativos a Juiz de Direito, cuja transformação só se dará quando vagarem.

Art. 21 - A delimitação territorial das circunscrições imobiliárias das Comarcas de Astorga, Cascavel, Irati, Paranavaí, Pato Branco, São José dos Pinhais e Toledo, integram o Anexo I desta Lei; a delimitação territorial dos Ofícios de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos da Comarca de Cascavel, integra o Anexo II desta Lei.

Art. 22 - As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário para o exercício de 1976.

Art. 23 - Esta Lei entrará em vigor a 01 de janeiro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de CASCAVEL:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Imóveis, abrange, no Município de Cascavel, o território situado à direita da Rodovia Federal denominada BR-277, no sentido Curitiba - Foz do Iguaçu.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis, abrange, no citado município, o território situado à esquerda da linha divisória retro mencionada.

c) 3º Ofício: A circunscrição territorial do 3º Ofício do Registro de Imóveis, abrange, o território dos distritos dos municípios de Catanduvas do Sul e Capitão Leônidas Marques.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de TOLEDO:

a) 1º Ofício: Ao norte da linha divisória que começa na confluência da Sanga Perdida com o Rio São Francisco, divisa com o município de Mal. Cândido Rondon, seguindo pelo Rio São Francisco em direção às suas nascentes, até cortar a estrada Oficial Toledo-Ouro Verde, e seguindo pela mesma passando pela Avenida Ministro Cirne Lima e até encontrar a Rua Guarani e seguindo por esta até a Rua São João, e daí rumo ao Sul, seguindo pela Estrada da Usina até encontrar a ponte sobre o Rio São Francisco, e seguindo por este até a foz do Arroio Lopei, localizado na divisa do município de Cascavel.

b) 2º Ofício: Compreende a área localizada ao Sul da linha divisória anteriormente descrita.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de ASTORGA:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Imóveis, abrange, no município de Astorga, o território situado à direita da divisa seguinte: Do cruzamento do limite dos municípios de Astorga - Sabaúdia com a estrada de rodagem que liga estas duas cidades, segue por esta com destino à sede do município até encontrar a Av. Getúlio Vargas, segue por esta até a Av. Manoel Ribas e por esta até a Av. São João, por esta até encontrar a estrada que liga Astorga ao município de Iguaçu, e por esta até a divisa do município e os territórios dos municípios de Santa Fé e Munhoz de Mello.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis abrange, no município de Astorga, o território situado à esquerda da divisa descrita na alínea "a" acima e os territórios dos municípios de Iguaçu, Flórida e Lobato.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da comarca de IRATI:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Imóveis abrange, no município de Irati, o território situado à direita da divisa seguinte: do cruzamento do limite dos municípios Irati-Teixeira Soares, pela estrada Palmeira-Irati, até encontrar no perímetro urbano da sede deste distrito a rua Dona Noca, continuando por esta até Mal. Deodoro, e seguindo por esta até a junção com a rua Dr. Munhoz da Rocha, e por esta, até a rua XV de Novembro, pela qual continua até encontrar a rua 19 de Dezembro, e por esta até a esquina da rua Lino Esculápio, e seguindo esta até a esquina com a Av. Getúlio Vargas, e por esta até o cruzamento da estrada que vai a Rio Corrente de Cima, Vila Lagoa, seguindo até encontrar a Barra do Rio Preto com o Rio Corrente nos limites do distrito de Guaramirim, e mais os territórios dos distritos de Gonçalves Júnior e Cadeadinho.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis, abrange a área restante do município de Irati, composta por parte do distrito sede, do lado esquerdo da divisa descrita na alínea "a", e mais o distrito de Guaramirim e o território do município de Inácio Martins.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de imóveis abrange, no município de São José dos Pinhais, o território situado à esquerda da divisa seguinte: Partindo da ponte sobre o Rio Iguaçu sobe pela Avenida Souza Naves até a rua 15 de Novembro, por esta até atingir a BR-59, e por esta até os limites com o Município de Tijucas do Sul, na ponte sobre o Rio da Una; e o território dos Distritos de Mandirituba e Agudos do Sul.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do

Registro de Imóveis abrange, no município de São José dos Pinhais o território situado à direita da divisa descrita na alínea "a", acima; e o território dos Distritos de Tijucas do Sul e Guaratuba.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de PARANAVAÍ:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Imóveis, abrange o território do Município de Paranavaí.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis, abrange os municípios de Amaporã, Guairacá, Tamboara e Nova Aliança do Ivaí.

Delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de PATO BRANCO:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Imóveis, abrange o território do município de Pato Branco.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro de Imóveis, abrange o território dos municípios de Itapejara do Oeste, Verê e Vitorino.

ANEXO II.

Delimitação territorial dos Ofícios de Registro Civil de Nascimento, casamentos obitos da Comarca de CASCATEL:

a) 1º Ofício: A circunscrição territorial do 1º Ofício do Registro de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, abrange, no Distrito da sede da Comarca de Cascavel, o território situado à direita da Rodovia Federal denominada BR-277, no sentido Curitiba - Foz do Iguaçu.

b) 2º Ofício: A circunscrição territorial do 2º Ofício do Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, abrange, no Distrito da sede da Comarca de Cascavel, o território situado à esquerda da linha divisória retro mencionada.

(À Comissão de Constituição e Justiça).

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Carniato Neto, ocorrido em São Paulo no dia 8 do corrente.

Pessoa radicada a longos anos em Assis Chateaubriand, foi exemplo de trabalho e probidade, com participação ativa no desenvolvimento daquele município, sendo fundador e membro do Diretório Municipal do MDB.

Outrossim, solicito ainda que seja dado ciência do presente à família enlutada, nas pessoas de Dalila Carniato, Salvador Carniato e Olivio Carniato, residentes em Assis chateaubriand.

Sala das Sessões em 15 de outubro de 1975.

a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Guilherme Giordani, no último dia 6, no município de Dois Vizinhos.

Solicita-se que se dê ciência à família enlutada da decisão da Casa.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Guilherme Giordani era antigo e conceituado comerciante no município de Dois Vizinhos.

A morte colheu-o em plena atividade roubando à comuni-

dade o prestante cidadão, cujo desaparecimento é sentido não só por seus familiares, mas também por toda aquela coletividade. Justo portanto, que esta Casa se associe às manifestações de pesar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, se faça constar da ata da presente sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ney Martins e de sua esposa Ceney Lopes Martins, vítimas de lamentável acidente automobilístico.

Membros de tradicional família castrense, suas mortes chocaram profundamente a população do município de Castro, bem assim tantos quantos privavam da amizade da família do casal desaparecido.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, que se registre na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ney Meira Martins e Sra. Ceney Lopes Martins ocorrido recentemente.

Comerciante, pecuarista homem ligado às sociedades de Ponta Grossa, deixa o seu passamento uma lacuna difícil a ser preenchida. Sua esposa Dna. Ceney Lopes Martins, exemplo da dignidade e perseverança da mulher dedicada ao lar e seus familiares, também ceifada pelo destino, deixara o exemplo da mulher brasileira.

Requeiro ainda, que deste dê conhecimento ao Sr. Vereador Carlos Meira Martins à Câmara Municipal de Ponta Grossa pelo registro nesta Casa do infausto ocorrido que enlutou a família paranaense.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações pela designação do Sr. Kurt Arthur Schwartz, atualmente Consul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná e Decano do nosso Corpo Consular, para as altas funções de Embaixador Adjunto da República Federal da Alemanha, na República do Iraque.

Requer, outrossim, que, do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Consulado Geral da Alemanha no Paraná e à Embaixada da Alemanha no Brasil.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, na forma regimental e com fundamento no Art. 35 § 2º, "in fine", da Constituição Estadual, vêm requerer a votação em plenário das Emendas n.ºs 01 e 02 do Orçamento Plurianual de Investimentos.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

aa) Accioly Neto, Luiz Carlos Zuk, Enéas Faria, Gabriel Manoel, José Domingos Scarpelini, Adalberto Daros, Edilson Alencar, Lineu Turra, Antônio Facci, Fidelcino Tolentino, Waldenício Barbalho, Trajano Bastos, Ernesto

Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Del Ciel, Osvaldo Macedo, Nilso Sguarezi e Valter Pietrângelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado manifestando o apoio desta Assembléia Legislativa a reivindicação da Associação dos Municípios do Litoral do Paraná, consubstanciada em apelo, já formulado ao Chefe do Poder Executivo Estadual através do ofício n.º 181/75, de 2 de outubro pretérito, no sentido de incluir a região litorânea no programa de ação do Plano Nacional de Obras e Saneamento a ser desenvolvido no Estado, mediante convênio com o DNOS.

Esse programa engloba, entre outras obras pertinentes ao setor, serviço de dragagens a retificação de rios e canais, inclusive para recuperação de áreas, o que, é notório, importará em efetivos benefícios ao litoral paranaense.

Pode-se, outrossim, que da decisão do Plenário, dê-se conhecimento às Prefeituras Municipais e Câmara dos Vereadores de Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos e Guaratuba.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., ouvido o plenário, seja encaminhado ao Sr. Diretor do DNER, e ao Sr. Secretário dos Transportes deste Estado, solicitando os bons ofícios de V. Sas., no sentido de se estudar a possibilidade de ser executado o alongamento das diversas pontes existentes ao longo da BR-277, precedidas atualmente de placas indicatórias de passagem para um só veículo, compreendido ao trecho Ponta Grossa-Laranjeiras.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário desta Casa, o envio de ofício à Rede Ferroviária Federal, solicitando seja estabelecido um novo horário para os trens de passageiros entre Antonina, e Morretes e mais condizente com o interesse dos usuários.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta nossa solicitação, está consubstanciada num abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas, inclusive, autorizado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Antonina.

Para melhor exemplificar, estamos anexando ao nosso requerimento, um quadro mostrando as inconveniências do atual horário dos trens de passageiros entre Antonina e Morretes e apresentado, consoante o abaixo-assinado, as mudanças necessárias.

Trata-se evidentemente, de uma reivindicação das mais justas, e solicitamos, no envio do expediente à Rede Ferroviária Federal, juntar o abaixo-assinado e o demonstrativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, após ouvido o plenário, requer seja enviado ao Sr. Secretário dos Transportes para que autorize reparos urgentes que são necessários na estrada que demanda de União da Vitória, General Carneiro, Palmas, trecho este em péssimas condições de tráfego entre União da Vitória a General Carneiro em percurso de aproximadamente 1.000 metros, causando completa paralisação dos veículos de pequeno e grande porte, sem que qualquer comunicação assim esperam providências.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvir o douto plenário, requer em forma de sugestão ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Sr. Secretário dos Transportes, que inclua no plano prioritário o estudo e construção da ponte sobre o Rio Piquiri, ligando os municípios de Iporã e Palotina - Via Oroite. A ligação dos dois municípios, com a construção da Ponte, vai beneficiar, não os dois municípios, mas sim os usuários, da balça, que vêm pagando verdadeira exorbitância.

Palotina, seleiro da soja, Iporã já foi capital do amendoim, hoje, sendo um dos maiores na rubeásea que é o café.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o plenário, requer seja enviado ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de autorizar às Firms construtoras da Estrada 153 - trecho União da Vitória a General Carneiro.

A urgente colaboração de reparos na referida estrada, atualmente intransitável pela falta de colaboração de firmas, ficando assim a mais de 30 dias completamente isoladas, prejudicando grande parte da população Sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do plenário, requer seja enviado ao Ministério do Planejamento, requerimento para medidas sanadoras e que disciplinem a venda de máquinas e implementos agrícolas, com a exigência de prestação de assistência técnica pelas empresas vendedoras, bem como orientação especializada para utilização e aproveitamento econômico do maquinário vendido.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A prestação de Assistência Técnica, para maquinários que exijam elevado grau de conhecimento tecnológico, é fundamental e indispensável para qualquer setor de atividade. Ora, no meio rural brasileiro, é um dos setores de mais poucos recursos e conhecimentos técnicos, daí ser importantíssimo a prestação de assistência técnica ao maquinário de que se utiliza o produtor rural. Tratores, ceifadeiras, plantadeiras e outros implementos devem ser mantidos dentro de conhecimentos técnicos rigorosos para apresentarem não apenas durabilidade, mas aproveita-

mento econômico. Ora, não existindo esta exigência, na prática, se observa que a vida útil das máquinas agrícolas estão aquém das reais possibilidades de um aproveitamento econômico. Além disso, elevado percentual de COMBUSTIVEL poderá ser economizado, se o homem do campo souber com técnica servir-se de sua máquina. Por outro lado, e em defesa da fertilidade do próprio solo exige-se conhecimentos técnicos como curvas de níveis, posicionamento solar e dos ventos, para que não se transformem nossas terras em áridos desertos em poucos anos. Assim, que venda a máquina, que preste não apenas a indispensável assistência técnica para manutenção e reparos, mas também se exija das empresas revendedoras que mantenham equipes especializadas para orientarem a melhor maneira de aproveitamento não só da máquina, como de correto manejo do solo. —

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando o apressamento da fase de julgamento da concorrência para o asfaltamento do acesso à Cianorte, bem como do recape do trecho que liga aquela cidade à Maringá, ao mesmo tempo em que agradece o atendimento do pedido feito anteriormente.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o envio de apelo a S. Exa. o Sr. Secretário de Recursos Humanos, para que seja revista a medida que vem de ser adotada por aquela Psata, com relação ao não abandono de faltas por motivo de doença, aos Professores Suplementaristas do Estado. Trata-se do restabelecimento de medida que reputamos extremamente humana, pois todas as legislações do mundo protegem aqueles que trabalham, principalmente na hora em que a angústia e o sofrimento batem às suas portas. Não é justo e nem atende aos princípios mais mezinheiros de humanitarismo, que se proceda desconto dos professores suplementaristas que por motivo de doença devidamente comprovada se vejam impossibilitados de comparecer ao trabalho. Quero crer que a informação transmitida por todas Inspetorias Regionais de ensino, tenha tido interpretação errada, não sendo o que pretendeu o parecer dado pelo advogado do DESP. Se a interpretação dada não fôr a correta, que o Sr. Secretário procure esclarecer com a máxima urgência, para tranquilidade dos professores.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado à Presidência da TELEPAR, veemente apelo, no sentido de ser instalado com urgência um posto do serviço telefônico, no distrito de Lunardelli, município de São João do Ivaí.

Tal apelo, se faz, tendo em vista que o distrito de Lunardelli, se acha situado à 15 km da sede do município de São João do Ivaí, o que vem ocasionar sérios transtornos à sua população, já estimada em mais de 18 mil habitantes e sua sede com aproximadamente 600 casos. O aludido distrito, conta, também, com um bem desenvolvido comércio, e aguarda aprovação da Presidência da República, para sua transformação em Município.

Essas são algumas das razões que justificam o apelo que ora formulamos à Empresa paranaense, que tem desenvolvido todos

os seus esforços, visando dotar o Paraná de um dos mais eficientes no setor das comunicações.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhada à TELEPAR, sugestão no sentido de que junto às contas de telefone que são encaminhadas aos usuários, sejam anexadas notas de esclarecimento referentes à publicidade nas Guias Telefônicas autorizadas pela Companhia. Isto sendo, em vista que, os representantes das referidas guias, ao visitarem os usuários para a venda da publicidade, nelas inseridas, se utilizam do estratagema da não figuração na lista do nome do usuário, caso não seja preenchida a guia, que nada mais é do que contrato autorizatório para a publicidade e o pagamento através da TELEPAR, que passa a ter a responsabilidade da cobrança pela conta do telefone.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, o encaminhamento de ofício ao Secretário dos Transportes, solicitando as necessárias providências no sentido de ser aberta uma estrada de acesso à Praia Deserta, no município de Guaraqueçaba, para que seja possível a implantação de programas com vistas ao desenvolvimento do turismo nos, aproximadamente 30 km daquele recanto natural.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

PROJETO DE LEI.

PROJETO DE LEI Nº 144/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado do Paraná - ASSEJEPAR com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1975.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, é uma entidade que congrega os serventuários de Justiça em nosso Estado e que pelas finalidades a que se propõe, conforme estampa os seus Estatutos, o qual anexamos ao presente, se justifica a sua declaração como de utilidade pública.

De acordo com os mesmos estatutos, estão preenchidos os requisitos legais, exigidos pela Legislação Federal e Estadual, regulamentadora do instituto da declaração de utilidade pública.

Diante disso, é que propomos o presente plano de Lei, que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. (Pausa).

Não se encontrando presente o Deputado Luiz Carlos Zuk, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — Declino Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE. —

Concedo a palavra ao Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Declino Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — concedo a palavra ao

O SR. LINEU TURRA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero encaminhar requerimento, vasado nos seguintes termos: (Lê).

“Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o plenário, requer seja telegrafado ao Dr. Ângelo Calmon de Sá, nos seguintes termos: “Assembléia Legislativa do Paraná endereça Vossencia veemente apelo sentido seja prorrogadas linhas de crédito especial para indústrias madeireiras, consubstanciadas em descontos duplicatas e aquisição matéria prima”.

O Banco do Brasil em oportuna decisão, instituiu em caráter de emergência duas linhas de crédito para indústria madeireira, isto evidentemente em vista da situação calamitosa que na ocasião se encontrava a nossa indústria extrativa. Na eminência de se vencerem os contratos do Banco do Brasil com os madeireiros, persistem ainda, senão agravadas, as condições de precariedade que se encontra aquela indústria e agora ainda com as enchentes ocorridas no Sul do Paraná, especialmente na zona madeireira, bem como a alta do preço dos produtos petrolíferos, daí porque o apelo que endereçamos ao Presidente do Banco do Brasil que não faltou e por certo não faltará agora em socorro das nossas indústrias.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1975”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Mais uma denominação é dada à inflação desenfreado que sofre este País, e por incrível que pareça, o cognome oficial foi dado pelo Sr. Mário Henrique Simonsen, DD. Ministro da Fazenda, através da imprensa falada, escrita e televisada deste País.

“Inflação Psicológica”, este é o apelido dado ao novo tipo de inflação anunciada pelo Sr. Ministro, e que consiste, segundo ele, em aumento não autorizado de preço por parte do comércio e indústria no custo de vida.

Acrescentou o Sr. Simonsen que o Governo está examinando apenas aumentos com base nos preços ligados aos derivados de petróleo, afirmando que considera reajustes apenas no setor de transportes.

Acrescentou na nota, S. Exa. o Sr. Ministro: “Ai daqueles que aumentarem preços de produtos outros; serão eles tratados a pancadas que haverão de ir desde o simples tabelamento até cortes de crédito nos Bancos oficiais e privados”, acrescentando S. Exa. que estava dando apenas um aviso aos navegantes, que se tentarem infringir as normas governamentais de contenção da inflação, terão o tratamento devido.

O Sr. Ministro da Fazenda, segundo o seu entendimento, a alta do petróleo e seus derivados só inflaciona o transporte. E nós perguntamos: qual o objeto que serve para manutenção do ser humano, que neste ou em outros países do globo independe de transportes? Daí a nossa preocupação. Muita gente mesmo vai ser tratada com bastante pandada e pancada fortes na cabeça,

contorne prometeu o Sr. Ministro Mário Simonsen.

Face à essa nossa análise, apresentamos a esta Casa requerimento de sugestão ao Sr. Ministro da Fazenda, pedindo esclarecimentos à Nação sobre quais os produtos nacionais e estrangeiros vendidos neste País que não podem e não devem ser majorados em seus preços, com base no recente aumento sobre petróleo e seus derivados".

O requerimento está vasado nos seguintes termos: {Lê}

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por Lei e considerando o pronunciamento recente e até um certo ponto ameaçador, feito pelo Exmo. Sr. Mário Simonsen, DD. Ministro da Fazenda, requer encaminhe-se ao mesmo, o seguinte requerimento de sugestões:

Que S. Exa. faça o pronunciamento dado em data de ontem com referência à contenção da inflação programada pelo Governo informe à Nação Brasileira quais os produtos do comércio, Lavoura e da Indústria, que poderão ser majorados com base na alta recente do petróleo e seus derivados.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1975".

a) LÚCIO MACHADO

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, terceiro orador inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Associação dos Municípios do Litoral do Paraná, encaminhou ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, pleiteando a participação da região litorânea do Paraná no II Plano Nacional de Saneamento a ser desenvolvido proximamente aqui no Estado, mediante convênio com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento e o Governo do Estado.

Em essa reivindicação é indubitavelmente justa e oportuna e o seu atendimento se faz imperioso, é que encaminho requerimento solicitando o apoio por parte desta Assembléia, à solicitação que foi encaminhada ao Governador do Estado.

E é nesse sentido que ocupo a tribuna para, pessoalmente, solicitar o apoio dos Srs. Deputados ao requerimento que enderecei à Mesa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente Srs. Deputados.

Lendo ontem o jornal "O Estado do Paraná", que tem por bem informar à nossa população e que circula em todo o Estado do Paraná, que procura minuciosamente dar informações do que se passa nesta Casa, queria fazer um apelo ao jornal para que também desse conhecimento, já que há vários dias estamos vendo a divulgação com referência à EMOPAR.

Foi classificado por muitos, como intempestivo o requerimento de urgência por mim apresentado nesta Casa e neste momento, quero fazer uma justificativa com referência a esse requerimento.

O projeto, a mensagem da EMOPAR veio a esta Casa, acusado pelo Sr. Presidente o recebimento em 11 de julho do corrente ano, distribuído à Comissão, foi dado parecer em 10 de setembro foi dado vistas ao eminente Deputado Luiz Roberto Soares, depois do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, apresentado pelo seu Presidente que avocou esse projeto.

Decorrido algum tempo, compareceu a esta Casa, o Sr. Secretário da Administração, o Sr. Secretário de Recursos Humanos e reunidos com a bancada do MDB e alguns Deputados da Arena interpelado pelo eminente Deputado Trajano Bastos, o Deputado Luiz Roberto Soares fez algumas justificativas do substitutivo que deveria apresentar, pois apresentou-o logo em seguida.

Julgava eu já matéria vencida e era hora de tomarmos co-

nhecimento dos destinos que deveria ter aquela mensagem. E foi o motivo que apresentamos aquele requerimento.

Quando disse que queria justificar como não intempestivo, é porque passando por aquela Comissão, veio à Comissão de Finanças, na qual tive a honra de também relatar o projeto, distribuindo cópia do substitutivo que teria sido preparado pelo Deputado Luiz Roberto Soares. A justificativa desse projeto virá agora a plenário com bastante tempo, para ser analisado por todos, para que possam tomar conhecimento. Então, não vejo porque intempestivo o requerimento, que não está tolhendo direito de quem quer que seja, de examinar aquele projeto de lei.

(Lendo): "Apesar de ter provocado algumas críticas, não pode ser negado o fato de que a central hidrelétrica de Itaipu constitui um instrumento sobejamente eficaz para a imprescindível industrialização do Brasil. Aliás, inúmeros observadores imparciais de outros países concluíram que a Itaipu será, realmente uma fonte potente e inesgotável para contribuir com a marcha do desenvolvimento nacional.

No dia 6 do corrente mês, esta imponente obra — a Itaipu Binacional — deu início aos trabalhos, com as primeiras confortáveis casas já construídas em plena selva, à margem do lendário e caudaloso Rio Paraná. Concomitantemente, uma pequena rodovia recentemente inaugurada à civilização, constitui o que podemos chamar de "cabeça da ponte", indispensável ao titânico empreendimento que representa autêntico orgulho para nossa Pátria.

Foi neste mesmo dia que, no acampamento denominado Pioneiro, a Itaipu Binacional realizou um contrato multimilionário que marcou o primeiro passo na construção da obra que nos enche de empáfia e grandeza.

Ora, sete titulares de Pastas Ministeriais do Paraguai, quatro Generais de Exército daquele País, dezenas de parlamentares e funcionários graduados vindos de Assumpção prestigiaram, ao lado de representantes do Brasil, este histórico marco natural.

Assim sendo, tanto o Brasil como o Paraguai atribuíram forma, sob o regime de condomínio ou da binacionalidade, da obra fascínio do Século XX com um potencial sem precedentes de nada menos do que 12 milhões a 600 mil quilowatts.

Como é notório, a referida obra ultrapassará 15 anos de trabalho ininterrupto, e apesar de sua primeira etapa de funcionamento ser prevista para o ano de 1983, a hidrelétrica terá condições aptas para desenvolver seu potencial completo somente no final da próxima década.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o empreendimento a que me refiro é tão sério e importante que nada menos do que cinco das maiores companhias nacionais agregadas a sete congêneres do Paraguai acreditaram no pujante futuro da hidrelétrica de Itaipu e juntaram seus esforços num consórcio único, com a finalidade de levar avante a obra do canal de desvio do Rio Paraná.

Entretanto, com o propósito de tornar possível a colocação de dezoito turbinas de setecentos mil quilowatts cada uma, o Rio Paraná será desviado de seu curso natural numa longitude igual a dois mil metros. Por sua vez, a extensão do próprio canal terá 150 metros de largura e noventa metros de profundidade. Com isso, o mesmo possuirá condições de absorver um volume calculado em vinte milhões de metros cúbicos.

A obra do canal de desvio e a represa de enrocado, em sua margem esquerda, alcançará seu término final dentro de 47 meses, ou seja, no fim de oito anos a partir de agora, quando o Rio Paraná retornará a seu caudal normal. Já o processo de desvio será realizado mediante o recurso de dois enormes alambrados de aproximadamente, setenta metros de altura, ambos construídos no próprio canal do rio, visando a tornar possível o desaguamento da área dos fundamentos da represa principal, e também, da casa das máquinas. É realmente impressionante que o canal abrangerá a fantástica cifra de onze milhões de metros cúbicos escavados das rochas; três milhões de metros cúbicos de argila;

inclusive mais de dezesseis milhões de metros cúbicos de terra na vertente de sua margem ao lado paraguaio.

Há poucos dias atrás, a conceituada revista "The Economist" dos Estados Unidos, afirmou textualmente que "o Brasil é um País cujas obras de engenharia de grande porte, entre elas a titânica represa de Itaipu, tornou-o invejado pelas outras nações em desenvolvimento. Trata-se de um País tremendamente excitante que deve ser conhecido melhor pelo mundo exterior".

Ao salientar o meu total apoio à grandiosa obra que está sendo edificada, com a represa hidrelétrica de Itaipu, acredito na consecução dos objetivos históricos do Brasil, pois o nosso País é indiscutivelmente capaz de concretizar outros fantásticos feitos dentro de sua fabulosa dimensão territorial. "

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário, de Vereador do Município de Umuarama.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Declina.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes, terceiro orador inscrito.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente, nós queremos com todo o respeito, tecer alguns comentários sobre a imprensa do Estado do Paraná, imprensa esta que sempre mereceu deste Deputado todo o respeito e toda consideração. Entretanto, de algum tempo para cá, como hoje quando abrimos os jornais pela manhã, notamos principalmente na "GAZETA DO POVO", na relação de notas políticas, notícias sobre este Deputado que são simplesmente infundadas.

Hoje, por exemplo, a GAZETA diz que este Deputado saiu aborrecido do Palácio do Governo e que iria hoje fazer um pronunciamento de rompimento com o Governo e com a liderança da bancada nesta Casa, o ilustre Deputado Ivo Thomazoni, a quem sempre aprendemos a admirar e que, por muitos anos nesta Casa de representação, dedicamos ao Deputado Ivo Thomazoni o calor do nosso respeito e de nossa amizade.

São notas infundadas.

Nós respeitamos muito a imprensa objetiva, construtiva; a imprensa que muda os fatos, que não expressa a realidade só pode trazer consequências desastrosas.

Hoje, em uma Secretaria de Estado, quando conversando com S. Exa. o Sr. Secretário, perguntou-me ele se eu iria romper com o Governo, hoje.

Não conversei com jornalista algum, não dei entrevista alguma e principalmente, que viemos hoje a tribuna, falar sobre o Noroeste do Estado e a cidade de Paranavaí, uma das cidades mais importantes de nosso Estado. Lá residimos há quase 20 anos, lá iniciamos a nossa vida pública e porisso eu acredito que, a função do Deputado é usar a tribuna que espontaneamente o povo lhe outorgou, para também denunciar, para também ventilar críticas quando é chegado o momento.

Aqui fica o nosso esclarecimento à imprensa.

Queremos reafirmar mais uma vez, respeitamos muito e muito admiramos e acreditamos inclusive que somos amigos de todos os jornalistas de Curitiba e do Paraná.

Pedimos inclusive que este jornalista que deu esta nota ontem, sem o menor fundamento, que no dia de amanhã, se possível, procure reparar o erro cometido.

Aqui, no dia de hoje, queremos em primeiro lugar fazer um esclarecimento à Casa, dando inclusive conta, já com alguns dias de atraso, de nossa viagem a Brasília, pois lá estivemos com um requerimento votando por esta Casa, acompanhando uma comissão formada por agricultores de Paranavaí e de mais algumas cidades do Noroeste do Estado, com o objetivo de manter contato com S. Exa. o Sr. Ministro da Indústria e Comércio,

Severo Gomes, Ministro da Agricultura, Alisson Paulinelli, e Ney Braga, da Educação, e com o Instituto de Alcool e do Açúcar, objetivando esclarecer sobre a possível vinda ao Paraná de algumas unidades açucareiras.

Realmente, existe a possibilidade, graças à solicitação que o Presidente da República fez ao Ministro do Planejamento, para que se forme uma comissão e dentro de um prazo máximo de 30 dias, vindo de encontro ao Projeto Noroeste do Ministério do Interior que se estudasse que se instalassem algumas unidades açucareiras no Estado, com o objetivo de combate à erosão no Estado. Os contatos que lá mantivemos nos encheu de satisfação pois existe possibilidade de que o Paraná seja aquinhado nesta grande área.

Há dois anos e meio assumiu a chefia do Poder Executivo de minha cidade, um cidadão que, embora jamais tenhamos comungado publicamente o mesmo ideal, mereceu sempre o respeito deste Deputado, haja visto que há dois anos atrás na Prefeitura de Paranavaí e nós temos procurado, através do silêncio, se não o ajudamos na Prefeitura, diretamente, nós o ajudamos indiretamente, liberando, inclusive, um ex-Prefeito daquela cidade, porque caso contrário, ele não sairia de lá.

Por nossa estranheza, quando o Prefeito assumiu o poder do município, vem desenvolvendo uma administração que se não é desastrosa é pelo menos decepcionante ao nosso povo, à nossa gente.

Como Deputado Estadual, como homem que aprendeu a querer bem que deve tanto ao Paraná, observo há muito tempo aquele acontecimento, não poderíamos deixar de observar, digo, de vir à tribuna desta Casa, tratar de assunto melindroso. Acreditamos mesmo que a função do Paraná, a função de Paranavaí também é esta. Redigimos aqui algumas das linhas a respeito do que vem ocorrendo na cidade de Paranavaí e gostaríamos de atenção dos Srs. porque Paranavaí também é Paraná, também faz parte de nossa vida pública, porque foi lá que iniciamos nossa carreira e hoje nosso silêncio volta-se à grita do povo, para as reclamações e revolta do povo contra aquele prefeito que foi conduzido para administrar a nossa cidade e não está administrando, está delapidando nosso patrimônio.

(Le): "Impõem-se o dever de clamar contra o administrador improbo que cerceia o desenvolvimento de uma comunidade, não serve, mas serve-se da função pública em causa própria e de seus asseclas e zomba da consciência de uma coletividade inteira.

Entendo a tribuna que o povo me outorgou como sagrada. Porisso quando estava em jogo apenas a liderança política, calei-me.

Não a usei para dizer quando o mesmo grupo, sob o comando de Pinto Dias, alijava este Deputado, através de manobras e mancomunicações do Diretório do meu Partido naquela cidade. Preferi ceder do que terçar com o adversário. escolhi o silêncio ao invés da luta em público.

Calei-me ainda que a voz do povo, correndo em todas as esferas, pedisse que bradasse contra a ausência constante do burgo-mestre da cidade. Não aprovava, mas optei, esperançoso de que a mudança viesse e que afinal o eleito recobrasse a consciência de sua responsabilidade. Frustraram-se minhas esperanças e a ausência permanente persiste.

Calei-me quando os clamores populares assombraram a cidade com notícias de que o alcaide, numa daquelas manobras fantásticas ou golpe de magia tornou-se direta ou através de testas de ferro o dono de consideráveis áreas de terras do perímetro urbano. Esses terrenos transformaram-se em loteamentos com toda a infraestrutura de energia, água encanada, meio-fio, etc. Sim, calei-me porque ainda julgava que não veio a hora de dar guarida à voz do povo que culminou de chamar, taxar o prefeito de "canaveira".

Calei-me quando o Clube Atlético de Paranavaí via-se despojado do seu estádio, que foi desapropriado pela irrisória importância de Cr\$ 18.000,00. A gravidade reside primeiramente

no fato de que a importância, ser tão minuciosa dos cinco milhões de cruzeiros em que é avaliado. O crime agrava-se quando se leva em consideração que o patrimônio foi uma doação do ex-Governador Ney Braga, ao desportista de Paranavaí. A calamidade é mais clamorosa quando verificamos os afixionados deste esporte, sem patrimônio e sem praça de esportes. Calei-me, na esperança de que outro patrimônio fosse destinado ao Clube. Nem o esporte, portanto, escapou da sanha do Administrador improbo.

Calei-me no início da gestão de Pinto Dias frente à Prefeitura de Paranavaí, embora com profunda mágoa, quando agenciou a venda da empresa de transporte coletivo "Asa Branca" a um grupo de Maringá. Como paranavaense doeu profundamente a transferência daquela empresa, tradicional, carreadora de contribuições para o erário municipal, para outra cidade. Mas calei-me por julgar que a corretagem, respaldada no cargo público não teria prosseguimento em outros setores.

Calei-me, contrariando a voz do povo, quando o prepotente presidente da Associação dos Municípios do Paraná, estendeu suas atividades corretoras para o campo internacional. Segundo essa mesma voz do povo que raramente erra, o Sr. Pinto Dias, em viagem à Alemanha, não temeu a consciência, não só de Paranavaí mas da Nação. Afrontou-a procurando vender para grupos internacionais os Frigoríficos Baggio. Estarece a notícia.

No instante em que se busca disciplinar a atividade das multinacionais, em que o governo investe recursos para preservar nossa indústria, um presidente dos municípios do Paraná afronta esta luta, em troca de vis centavos, de corretagem procurando transferir para a mão de estrangeiros um dos patrimônios mais queridos de Paranavaí.

Senhores. Penitencio-me de não ter sido antes o porta-voz dos clamores da comunidade de Paranavaí em toda essa trama que se perpetrava naquela cidade. E por quem? Por aquele que recebeu o crédito popular, que jurou preservar o bem estar, por aquele que o povo escolheu para administrador e jamais delapidador.

Ó tempos. Ó desgraça. Não me permite mais a consciência de me calar com esta calhorda e chacanal manobra de se apropriar da Usina de Açúcar.

Paranavaí será aquinhoadá com uma Usina de Açúcar pelo Governo Federal. São três as usinas destinadas ao Paraná: Paranavaí, Nova Londrina e Umuarama. Dentre os que investiram seu trabalho para obtenção desses benefícios, está o Sr. Governador Jayme Canet Junior, quando ainda vice-Governador e já indicado para a governança. Fixava entre as suas metas a consecussão de unidades açucareiras para o Paraná. Paranavaí merecerá, por certo, uma dessas usinas e ela representa uma das obras de maior importância para a cidade e para a região.

A cúpula do meu partido trama usurpar até essa obra que o Governador com denodo conquistou para o Paraná.

Creio que a empresa não pode ter um só dono — o tempo dos senhores de engenho já passou — nem pertencer a um grupo, mas é de todos que, com seu trabalho, seu suor, contribuem para a grandeza do desenvolvimento.

Defendo a tese de que a Usina deve ser organizada em forma de Cooperativa. A forma que o prefeito está apregoando é rendável, e por certo, ele que vende tudo, irá vender também o controle acionário da Usina a um grupo de Porecatu, Pernambuco, Bahia, ou qualquer outro lugar. Na forma de Cooperativa será um meio socializante, será um meio mais condizente com a justiça social, mais humano e mais conforme com a realidade presente.

Rejeito a tese defendida pelo prefeito que num conluio, numa simbiose de covil com o ex-prefeito Dionísio Dal Prá, e com o Presidente da Arena, Carlos Bergamini, sócio da empresa do alcaide, pretende para um grupo pequeno uma SA, para canalizar os frutos do suor e da luta de tantos trabalhadores,

sitiantes e fazendeiros da região.

Inconcebível é a argumentação para extorquir, por meio de tráfico de influência em esferas federais e estaduais da já existente Cooperativa, os benefícios da comunidade para si. Não procede a alegação do "canavieira" de Paranavaí, de que a Cooperativa é falida, pois ali está há mais de 15 anos, beneficiando os cafeicultores e cotonicultores da região, o que poderá atestar perfeitamente o Sr. Deputado Waldenício Barbalho, como também o Dr. Axel Ludovico de Andrade, engenheiro agrônomo, homem honesto e que muito tem representado para Paranavaí.

Ninguém antes falou. Ninguém estendeu a mão para a Cooperativa nem mesmo o atual prefeito municipal ou o ex-prefeito.

Repilo, como repele o povo, as insinuações. Não admito, como o povo não admite, que o benefício outurgado pelo Governo Federal na ordem de 160 milhões de cruzeiros, seja carreado para uma SA., onde o Sr. Prefeito Municipal e seu poder econômico lideram mais de 70 por cento.

Calei quando as vozes da gente de Paranavaí clamavam para que um paradeiro fosse posto e para que o dique de macabras manobras fosse estancado. Não me permite a consciência, não consente o dever que a minha voz não se levante. Ela é contra a usurpação, contra a manobra escusa, contra aqueles que não entendem a justiça social e pensam em termos de capitalismo já superado na terra natal desta doutrina. Rejeito o ranço capitalista que não dignifica o trabalho, e, para seu benefício, pretende canalizar o fruto do suor dos menos favorecidos e especialmente dos mais conscienciosos e menos espertos.

A minha presença nesta tribuna é apenas o primeiro passo na luta contra os desmandos e a prepotência que se instalou respaldada por uma súcia de homens que põem seus cargos públicos ao deserviço do bem da coletividade. Lastimo profundamente por tra zer tema tão melindroso ao debate desta Casa. Todavia, parece-me que a missão de parlamentar é representar, ventilar, vergastar quando necessário, atos e atividades daqueles que descumprem a missão que lhes foi confiada. Uma comunidade inteira, uma população de uma vasta região sente o aguilhão de mandatários que, extrapolando o terreno administrativo e político, adentram áreas da economia de uma região. Economia essa que necessita mais do que nunca incentivo, otimismo e novas frentes de atividades.

Estas são as razões que me trazem a tribuna desta Assembléia na luta que desenvolvemos em prol da coletividade. Advogo a Usina de Açúcar desde muito tempo. É de gratidão o meu sentimento no instante que nos vem a notícia alvissareira. Por julgar que é uma conquista de todos, cabendo ao Governador Canet Junior, a parcela maior de mérito, não posso admitir que ela seja abocanhada por um prefeito e seus comparsas para proveito próprio".

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estava ouvindo atentamente o seu pronunciamento, por ser um pronunciamento muito sério, que traz a realidade do seu município. Mas me parece que deve haver um engano de sua parte, quando V. Exa. se referiu ao patrimônio do Atlético de Paranavaí. V. Exa. disse e afirmou de sua tribuna que o estádio foi desapropriado por 18 mil cruzeiros e que será feito no estádio um loteamento.

Gostaria que V. Exa., nos esclarecesse ou situasse o problema um pouco melhor, a respeito do esporte e do estádio que a Prefeitura de Paranavaí desapropriou, porque me parece que deve ter havido um engano em números, no seu pronunciamento.

O SR. WILSON FORTES — Pois não. O Atlético de Paranavaí tinha algumas dívidas a serem sanadas e o patrimônio do

Clube foi a leilão. O Prefeito Municipal, no dia previsto, pagou a importância de 18 mil cruzeiros e deveria ter restituído o patrimônio do clube mas não o fez. Ficou com o patrimônio por 18 mil cruzeiros, no centro da cidade, avaliado por 5 milhões, prometendo que iria, em outro local da cidade, arrumar um terreno para que fosse construído novo Clube. Até agora não o fez. Notícias me chegaram a semana próxima passada, de que o nosso Prefeito estaria disposto a desapropriar uma área da Casa da Criança de Paranavaí. Acredito que o Deputado Waldenício Barbalho também tenha conhecimento disso, para construir lá o estádio de Paranavaí. Ele não perdoa o esporte e nem sequer a criança de Paranavaí.

Srs. Deputados, o que ocorre em nossa cidade, é uma coisa muito séria. Os Deputados estaduais e federais para darem uma entrevista na emissora de Paranavaí, ou para uma nota sua sair no jornal local, primeiramente sua fala é levada ao Prefeito, para que ele passe seu crivo. Ele comprou o jornal e a rádio local, de uma maneira que afronta e toca a sensibilidade de qualquer homem público.

Com seu espírito de mandatário, ele quer ser o prefeito, o deputado, o governador, o senador tudo no Paraná. Estamos satisfeitos com o Governador do Estado. Temos recebido de S. Exa. e de toda sua equipe administrativa, todo o apoio às nossas reivindicações, procurando sempre pautar nossos atos em benefício dos menos favorecidos, solicitando as reivindicações mais justas no nosso município, pelas aspirações mais puras e cristalinas de nossa gente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nós que já nos acostumamos com o equilíbrio e com a serenidade com que V. Exa. sempre se conduziu neste poder, de longa data, poderemos avaliar o significado de seu pronunciamento. Porque as denúncias que V. Exa. traz à tribuna da Assembléia, para conhecimento da Casa e do povo do Paraná, em defesa da gente, diga-se, numerosa, de sua liderança em Paranavaí, naturalmente justificarão, como V. Exa. justificou na leitura de fatos e dados e números que a nós outros pareceu-nos estaremrecedores.

Na verdade, nobre Deputado Wilson Fortes, carece de coragem para que um parlamentar da ARENA traga verdades tão duras para a tribuna da Assembléia, onde Chefe do Executivo Municipal do Partido a que nós pertencemos e demais elementos daquela comunidade arenista se vejam na iminência de fazer com que V. Exa. venha assomar à tribuna para lutar, dentro do preceito pelo qual nós fomos trazidos a este Poder, e acusar, quando assim consideramos, as irregularidades da administração.

Neste momento, quero, pelo quanto vale, pelo quanto sempre valeu a sua palavra e o crédito que este parlamentar sempre dedicou a V. Exa., quero crer que nenhuma só palavra, nenhuma só frase carece de maiores provas a V. Exa. credor que é de nossa confiança, naturalmente já teve o cuidado e a precaução, para que trouxesse assunto de tamanha profundidade, tema tão claro e até mesmo estarecedor, para nós arenistas, de bem verificar.

Quero pois, pela confiança que V. Exa. merece a este parlamentar, dizer que estou certo de que essas irregularidades haverão de ser sanadas dentro do movimento arenista, de arenistas, por arenistas, para que nós não tenhamos o desprazer de ver um parlamentar equilibrado ponderado e até mesmo analista, como V. Exa. sempre foi, ter a necessidade pura da rusticidade do pronunciamento que foi levado a fazer nesta Casa.

Deputado Wilson Fortes, espero ver o êxito na batalha árdua que V. Exa. está encetando desta tribuna, para que nós tenhamos o remédio para as enfermidades da administração, dentro dos líderes como V. Exa., que tanto enobrece nosso partido.

Muito obrigado.

O SR. WILSON FORTES – Agradeço o aparte do Deputado

Quielse Crisóstomo e gostaria de esclarecer, desta tribuna, que aqui estamos aborrecidos, pesarosos até porque gostaríamos e muito, de em vez de estarmos aqui criticando o Prefeito de Paranavaí por desmandos, de estarmos aqui demonstrando ao Paraná, que infelizmente, é um homem de princípios desonestos, gostaríamos, mil vezes, de estarmos aqui enaltecendo, aplaudindo o trabalho do prefeito de Paranavaí. Paranavaí é a nossa cidade, foi lá que resolvemos residir há quase vinte anos, lá é minha residência eleitoral, lá nasceram meus quatro filhos.

Há um ano e meio atrás ele contrariou, com o apoio da Câmara Municipal, um vultoso empréstimo do Governo Federal, para a construção do Campus Universitário. Mandou colocar uma enorme placa: "Campus Universitário – Administração Alcaide Pinto Dias". Até agora, não observamos nada. Lá se construiu um modesto campo de aviação. Acredito que o prefeito deveria voltar à escola para saber que campo de aviação não é "Campus Universitário". Um ano e meio se passou e o dinheiro não sabemos para onde foi. Aqui nesta Casa se encontra presente um Vereador da Câmara Municipal de Paranavaí que poderá declarar a veracidade daquilo que estamos hoje denunciando desta tribuna.

É pesaroso, é mesmo constrangido que aqui estamos fazendo esta declaração. Mas este Deputado e os demais Deputados de Paranavaí não podemos mais nos omitir destes fatos de nossa cidade. Com a omissão, inclusive, amanhã ou depois, poderão nos taxar de coniventes. Esta luta que iniciamos agora, iremos até o fim.

Comenta-se, inclusive, em Paranavaí, Srs. Deputados, que o Prefeito lá não pára, é o que menos manda na Prefeitura Municipal de Paranavaí, que está mais em Mato Grosso e em São Paulo do que na nossa cidade.

Comenta-se, inclusive, que poderá terminar o seu mandato e ele estará em Mato Grosso dormindo e terá que vir correndo para entregar a Prefeitura ao seu sucessor.

Esta é a voz corrente na cidade de Paranavaí, nas ruas de Paranavaí, nas barbearias de Paranavaí, nos postos de gasolina de Paranavaí.

E perguntam a mim: como é deputado, até onde vai este estado de coisas?

Este assunto que estamos trazendo a esta Casa neste momento foi falado pessoalmente com o Sr. Prefeito Municipal, em Paranavaí, na Gerência do Banco do Estado, na última vez que nos encontramos. Eu lhe disse: Pinto Dias você está errado nisto, nisto, nisto e vou criticá-lo da tribuna da Assembléia. O que não fiz em dois anos e meio vou fazer agora. Ele está consciente daquilo que estamos fazendo no dia de hoje.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – V. Exa. permite um aparte? – (Assentimento).

Inicialmente, quero cumprimentá-lo pela independência com que faz essa denúncia grave, séria a respeito das coisas do nosso município de Paranavaí.

Realmente, nobre Deputado, V. Exa. tem razão quando, na sua denúncia, faz inúmeras acusações ao Prefeito de nossa cidade, Benedito Pinto Dias.

Já se tornou público e notório em Paranavaí que S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de nosso município, adquire terrenos por onde planejou o asfaltamento da cidade.

Já se tornou público e notório na cidade que S. Exa. adquiriu um vultoso empréstimo do Banco Nacional de Habitação e que vem cobrando exorbitantemente o pagamento de asfaltamento dessas vias que são asfaltadas com os dinheiros que são destinados ao município através do Banco Nacional.

Paranavaí toda conhece as investidas de S. Exa., porque dizer muito mais que erro, quase um crime praticado contra a coletividade de Paranavaí quando S. Exa. preparou, e obteve êxito, sobre a adjudicação do Campo de Futebol Natal Francisco, que foi doado ao Atlético Clube de Paranavaí, em 1945. To-

dos sabem o valor do estádio, todos sabem que S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal preparou essa adjudicação mandando, inclusive, para o fórum da cidade um Vereador também da Arena para o primeiro lance e em seguida esse lance ser coberto por outro de uma autarquia pertencente ao município. Por apenas dezoito mil cruzeiros foi adjudicado pelo estádio de futebol para essa autarquia do município, quando o estádio na realidade vale cerca de 5 bilhões de cruzeiros. Tudo isto, nobre Deputado, é lamentável e nos admiramos e nos solidarizamos a V. Exa. na hora em que V. Exa. faz um pronunciamento desta ordem e recebe apartes inclusive de Deputados pertencentes ao Partido de V. Exa., objetivando corrigir todos estes erros. Entendo que seja difícil, porque na realidade já sofreu com a atividade quase criminosa do prefeito municipal de Paranavaí. Tais crimes foram denunciado por V. Exa., e agora quando pretende uma usina de cana-de-açúcar para a cidade de Paranavaí, para o município de Paranavaí, nós, eu e V. Exa. e a grande parte do município de paranavaí defende o princípio, a tese de que a usina seja explorada por uma cooperativa, o prefeito municipal de Paranavaí, hoje componente de um grupo econômico respeitável, espera, luta e quer, que esta usina seja uma S/A., para que eles continuem mandando como mandam, como declarou V. Exa., que o prefeito de Paranavaí não é apenas um prefeito, é um homem de negócios aqui, e fora daqui. Tanto é verdade, que foi inclusive intermediário de uma venda do Frigorífico Baggio, na Alemanha, quando se encontrava numa viagem de interesses da municipalidade.

Lamentamos, nobre Deputado, que tudo isso venha ocorrendo na nossa cidade, lamentamos, e, como Vereador que fomos na cidade de Paranavaí durante 12 anos e sempre na Oposição, procuramos sempre abrir os olhos do povo para os erros, na esperança de que tais erros fossem corrigidos, e, nunca repetidos. Infelizmente os erros continuam, continuam com o aproveitamento para enriquecimento ilícito. Na realidade, há, isto sim, uma influência do poder, para enriquecer alguém e isto é deplorável, principalmente quando entendemos e sabemos que o enriquecer de poucos vem exatamente em prejuízo de tantos que habitam a nossa cidade e que tantos precisam de empregos e de uma atividade pública que venha ao encontro da nossa coletividade, de Paranavaí.

Infelizmente, o prefeito municipal não tem esta sensibilidade, pretende apenas asfaltar a cidade, com o dinheiro que lhe é destinado pelo Banco Nacional de Habitação, e sacrificar o povo na hora da cobrança desse mesmo asfalto. Isto é público e notório, nobre Deputado. O prefeito, na sua loucura de cada vez mais aumentar o seu patrimônio, que já se diz que Sua Excelência é um dos homens mais ricos do Estado do Paraná, não obstante no início da sua vida pública nada ter.

Toda essa fortuna foi conquistada no exercício da vida pública, durante o exercício da vida pública. Pode ter sido até pelos meios legais, mas a influência da sua vida pública contribuiu para o aumento considerável do seu patrimônio e ainda hoje está aí o prefeito lutando por uma usina, para que a usina de Paranavaí fique nas mãos ou de seu grupo que é um grupo ponderável por excelência e quem sabe iria ganhar as eleições de Paranavaí. Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo pela independência com que fez toda essa acusação e dentro deste assuntos solidarizo-me com V. Exa. principalmente no que diz respeito aos loteamentos de Paranavaí, usina de cana de Paranavaí e o mais vergonhoso de todos eles a adjudicação preparada por S. Exa. no sentido de empobrecer o patrimônio de uma instituição, desportiva, e fundada muito antes da independência do município de Paranavaí, em 1945. Foi doado aquele patrimônio, à instituição e agora vendida e adjudicada por uma importância insignificante a um autarquia do município de Paranavaí onde se encontra em exercício o ex-deputado e atual prefeito, Benedito Pinto Dias, isto é lamentável e não poderíamos permanecer cala-

dos ante as denúncias formuladas por V. Exa. com tanta independência.

Muito obrigado.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço o aparte do nobre Deputado Waldenício Barbalho, que veio esclarecer ainda mais o nosso ponto de vista, a denúncia que pretendemos fazer desta tribuna e dizer que ficamos realmente satisfeitos em saber que o Sr. Deputado Waldenício Barbalho também pensa desta forma porque fez ele grande votação em Paranavaí e está sincronizado com o povo de nossa cidade e queremos adiantar que o Sr. Alencar Furtado pensa da mesma maneira. São quatro Deputados do Paraná somando esforços e ideais para que se coloque um paradeiro na pouca vergonha e desmandos em nossa cidade, liderada por homem que assumiu o poder do nosso povo, não para trabalhar para nossa gente, para o nosso povo, para a nossa cidade, mas para enriquecer ainda mais, através de simples práticas. Quando pela vez primeira chegou nesta cidade, era um homem que não tinha um níquel, pelo contrário, tinha cheque protestado em Paranavaí, não tinha uma casa para morar e hoje é tido, como disse o Sr. Waldenício Barbalho, um dos homens ricos de Paranavaí e um dos mais ricos do Paraná. Fortuna misteriosa. Na Loteria Esportiva eu sei que ele não ganhou.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite? Esta esta a pergunta que ia fazer a V. Exa.

O SR. WILSON FORTES — Eu não conheço que isto tenha ocorrido.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ouvi atentamente e até um pouco assustado, porque às vezes a gente percebe certo tipo de denúncias que ficam à margem da tribuna e não há solidariedade, não há incorporação e apoio e a afirmação de deputados de nossa bancada, como ocorre nesta Casa, que várias denúncias são feitas, mas acho um pouco estranho que a Câmara Municipal tenha também, segundo nos parece, dado apoio a condições legais, pelo menos em certos atos, para que o prefeito, assim se comporte. Parece evidentemente que se trata de uma administração exótica, cheia de subterfúgios, enriquecimento ilícito e, à prática de vários delitos ao patrimônio público.

Houve aqui no Paraná um governador que foi cassado.

Existe legislação específica, Decreto nº 201/64, que regula o processo de cassação de Prefeitos e Vereadores, quando alguém com comportamento incompatível não só com o decoro mas fora do normal, eu perguntaria a V. Exa. se não seria oportuno promover os atos iniciais de um processo de cassação, desta forma, porque não é possível, aí extravasou já o interesse de Paranavaí, entra na própria economia do Estado, na segurança do cidadão que reside em Paranavaí e é recomendável que se faça uma aplicação dessa forma que nós entendemos, pelo Decreto 201.

Até seria viável através de uma manifestação de V. Exa. para a Câmara, porque segundo nos foi chegado ao conhecimento, a maioria de Vereadores pertence ao partido de V. Exa. Quer me parecer que poderá V. Exa. sobre eles exercer uma amizade, ao menos política, capaz de influir na realização desse procedimento, primeiro de ordem administrativa, depois judicial.

Quero congratular-me com V. Exa., cumprimentá-lo porque V. Exa. usa pouco da tribuna, mas sempre com muita seriedade. Congratulo-me com Paranavaí que está de mãos dadas para pôr termo à demanda e desvio de bens públicos e do erário público, de uma forma geral.

Agradeço a oportunidade do aparte e espero que se tome o caminho adequado para o caso.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço o aparte e queria esclarecer que há cerca de 20 dias estivemos pessoalmente participando de uma reunião na Câmara de Paranavaí, juntamente com o Deputado Flávio Jobim, e por gentilezas dos Srs. Vereadores

me dada foi a palavra e todas as denúncias que aqui fizemos no dia de hoje, fizemos na Câmara Municipal de Paranavaí. Ela é composta de 15 Srs. Vereadores, uma grande parte homens de bem, e idôneos. Mas o Prefeito, acredito que por 1 voto terá a maioria e grande parte dos Vereadores que compõem a Câmara são elementos do Sr. Prefeito, fazem parte de sua movimentação e de suas negociatas. Razão pela qual ele recebeu apoio maciço, por unanimidade da Câmara, no início do seu mandato, quando pretendeu fazer um empréstimo de 14 milhões de cruzeiros do BNH, empréstimo que até hoje não sabemos como foi aplicado. Hoje ele recebe restrições da Câmara de Paranavaí, mas tem ainda vários Vereadores que o acompanham por condicionamento político. Alguns fazem parte de sua empresa, dos seus negócios.

Denunciamos isto na Câmara Municipal de Paranavaí e aqueles Vereadores idôneos e dignos que lá existem e muito bem têm procurado representar nossa cidade, deram as mãos a nós e aos Deputados que estão se levantando para que se ponha paradeiro aos desmandos em Paranavaí.

O SR. PRESIDENTE — Está esgotado o tempo e lhe concedo mais 2 minutos para suas conclusões.

O SR. WILSON FORTES — Obrigado, Sr. Presidente, pedindo excusas a quem solicitou apartes, agradecendo a atenção dos Srs. Deputados, pedindo excusas por ficarem tanto tempo ouvindo denúncias de um município do Estado, que efetivamente não é problema do Paraná, mas Paranavaí é uma das cidades importantes do nosso Estado e procuramos aqui, há quase 10 anos, lutar pelos seus mais legítimos interesses. E o fazemos neste instante, esperando a compreensão de todos os Deputados e como o Deputado Waldenício Barbalho, que exteriorizou tão bem seu pensamento em aparte que tivemos a honra de conceder-lhe, dêem as mãos, somem esforços, para que em Paranavaí se faça justiça, pondo fim aos desmandos com que o Prefeito vem conduzindo os destinos de nosso município. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

A Mesa tem o prazer de anunciar a presença no Plenário do Vereador Paulo Correia, Presidente da Câmara Municipal de Manaus.

Também a presença dos Srs. Geraldo Ribeiro e Augusto Valdrigues, respectivamente Presidente e Diretor Jurídico da ACAMPAR.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/75, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública, a Comunidade Carmelitana da cidade de Paranavaí. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/75, de autoria do Deputado Ivan Santos Rüppel, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Cambará. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 137/75, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Isabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. **Aprovado., artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 71/75, de autoria do Deputado Lineu Mansani Turra, que dispõe sobre a liquidação de débitos fiscais de empresas. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ. e favorável da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 71/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Os créditos tributários do Estado, constituídos até 31 de janeiro de 1974, poderão ser pagos com entrega de imóveis ao Tesouro do Estado, pelo devedor, mediante autorização do Secretário de Finanças do Estado.

Art. 2º — O requerimento para fins deste artigo, abrangendo os créditos reclamados em qualquer fase de tramitação, administrativa ou judicial, deverá dar entrada na repartição do domicílio do devedor até 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta lei.

Art. 3º — A dação em pagamento poderá se restringir apenas à parte incontroversa do débito.

Art. 4º — O requerimento em que se solicite a dação em pagamento importa, em qualquer órbita, confissão irretratável da dívida.

Art. 5º — Oferecida a dação em pagamento, serão suspensos os procedimentos administrativos ou judiciais contra o devedor, em relação ao débito reclamado.

Art. 6º — A avaliação do imóvel oferecido em pagamento do débito será feita, conjuntamente, pelo Chefe do Posto de Arrecadação do Estado da situação do imóvel, um funcionário designado pelo Prefeito do Município respectivo e o Gerente da Agência do Banco do Estado do Paraná, onde houver, senão, da Agência mais próxima.

Art. 7º — O imóvel recebido em pagamento de débitos tributários passará a incorporar o Patrimônio do Estado.

Art. 8º — Na aceitação de imóveis para o pagamento de créditos tributários, serão preferidos os situados na área rural à urbana.

Art. 9º — Os imóveis urbanos serão destinados às repartições públicas de administração direta ou indireta, onde não as houver próprios do Estado e os rurais à estações experimentais.

Art. 10 — Fica autorizada a alienação dos imóveis recebidos em pagamento de créditos tributários, como receita correspondente do valor pelo qual foi celebrada a dação em pagamento.

Art. 11 — As disposições desta lei compreende também os débitos fiscais que tenham sido objeto de parcelamento, ou os que venham a ser denunciados espontaneamente pelo contribuinte.

Art. 12 — O direito da Fazenda Pública Estadual constituir crédito tributário prescreve em 3 (três) anos contados do primeiro dia do quinto mês seguinte ao terceiro exercício.

Art. 13 — A ação para cobrança de créditos tributários do Estado prescreve e, 2 (dois) anos contados da data da sua constituição definitiva, por sentença administrativa irrecorrível.

Parágrafo único — Interrompe a prescrição:

I — Pela citação pessoal feita ao devedor;

II — Pelo protesto judicial;

III — Por qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora;

IV — Por qualquer ato inequívoco, ainda que extra judicial, importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 14 — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1975.

a) LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, visa trazer solução a situações fiscais pendentes.

Faculta ao devedor de impostos satisfazer o seu débito através a dação em pagamento de bens imóveis, sem criar condições que possam trazer desquilíbrios de giro à empresa devedora, que não teria possibilidades de subsistir, criando muitas vezes situações até de ordem social, que deve ser preservada pelo Poder Público.

No que concerne a parte prescricional, entendemos de importância porquanto virá dinamizar o sistema de arrecadação, através uma fiscalização a mais curto prazo.

Do ponto de vista constitucional, o projeto está perfeitamente adaptado a lei maior, eis que seu objetivo é apenas, facultativamente, dar solução a situações pendentes, fazendo com que o Estado receba os seus créditos que por outra forma, dificilmente os receberia, não implicando em qualquer alteração de matéria financeira, senão apenas na regularização de posições fisco-contribuinte.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/75

Analizando o aspecto do Projeto de Lei nº 71/75, do ilustre e preclaro deputado Lineu Turra, que, dispõe sobre a liquidação de Débitos Fiscais das Empresas; o Legislador procura instituir a dação de bens, de forma irrecusável, como pagamentos de créditos Tributários do Estado, bem como, altera o prazo de decadência e prescrição em matéria Fiscal.

Somos de Parecer que, o Projeto deva merecer a total APROVAÇÃO desta Comissão, visto se tratar de matéria que não oferece nenhum prejuízo, financeiro ao herário Público do Estado, e acima de tudo, proque estabelece o meio da Resolução de um dos mais importantes problemas da Empresa privada de nosso Estado.

Este é o nosso parecer salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
- a) LÚCIO MACHADO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/75

O referido projeto de lei de autoria do ilustre deputado Lineu Turra, comporta o seguinte resumo:

- a) institui a dação irrecusável de bens imóveis, como pagamento de créditos tributários estaduais;
- b) altera os prazos de decadência e prescrição, em matéria fiscal.

A dação em pagamento, na sua origem romana, surgiu como poder jurídico do devedor, ao qual correspondia a sujeição do credor: era a faculdade de adimplir com a entrega da coisa certa, quando impossível o pagamento em dinheiro (Serpa Lopes, Curso, 4a. ed., II, 246).

O direito moderno, entretanto, transformou a "datio in solutum" em modo de adimplir sempre dependente da vontade do credor, firmando o princípio de que a concordância do credor, é indispensável a que se alcance o adimplemento substituindo a prestação devida.

Assim acontece em Portugal, na Itália e na Alemanha, acontecendo também no sistema brasileiro:

- a) "O Credor de coisa certa não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa" (C.C. art. 863).
- b) "O Credor pode consentir em receber coisa que não seja dinheiro, em substituição da prestação que lhe era devida" (C. C. art. 995).

É verdade que o legislador, apesar da evidente inconveniência, pode fazer com que a "datio in solutum" retorne à origem romana.

Não, porém, o legislador estadual, pois o instituto é de Direito Civil, está regulamentado por lei federal e a competência legislativa pertence exclusivamente à União, isto em virtude do disposto no art. 8º, inciso XVII, letra "b" e parágrafo único, da Constituição da República.

Os prazos de decadência e prescrição, em matéria fiscal, incluem-se na área do Direito Financeiro e estão fixados nos arts. 173 e 174, do Código Tributário Nacional.

Com isto, afasta-se a incidência da legislação estadual, porquanto, no que concerne ao Direito Financeiro, a Constituição da República apenas a admite em caráter supletivo, "respeitada a lei federal" (art. 8º, parágrafo único).

Pelas razões aduzidas, não vemos outro caminho que não seja o de opinar desfavoravelmente ao projeto de lei em exame, por inconstitucionalidade.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) DÁCIO LEONEL — Relator

— Rejeitado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram se levantar. 16 Srs. Deputados o rejeitam.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram se levantar. 18 Srs. Deputados o aprovam. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do casal Ney Martins e Ceny Lopes Martins, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Giordani, ocorrido no município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do casal Ney Meira Martins e Ceny Lopes Martins. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Carniato Neto, ocorrido em São Paulo. — **Aprovado.**

Requerimento subscrito por 18 Srs. Deputados, constante do expediente, na forma regimental, e com fundamento no art. 35, § 2º, "in fine" da Constituição Estadual, solicitando a votação em Plenário das Emendas nºs 1 e 2 do Orçamento Plurianual de Investimento. — Estando com a assinatura de um terço dos Srs. Deputados, está APROVADO o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que autoze reparos urgentes na estrada que demanda de União da Vitória, General Carneiro, Palmas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão à TELEPAR, no sentido de que junto às contas de telefone que são encaminhadas aos usuários, sejam anexadas notas de esclarecimento referentes à publicidade nas Guias Telefônicas autorizadas pela Companhia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DNER, e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de estudar a possibilidade de alargamento das diversas pontes existentes ao longo da BR-277. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de autorizar as firmas construtoras da Estrada 153, trecho União da Vitória e General Carneiro, a colaboração urgente de reparos na referida estrada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o apressamento da fase de julgamento da concorrência para o asfaltamento do acesso à Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, lido da tribuna, solicitando seja enviado telegrama ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, encaminhando apelo no sentido de que sejam prorrogadas as linhas de crédito especial para indústrias madeireiras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluído no plano prioritário, o estudo da construção da ponte sobre o rio Piquiri, ligando Iporã ao município de Palotina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Presidência da TELEPAR, no sentido de ser instalado com urgência um posto de serviço telefônico, no distrito de Lunardelli, município de São João do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministério do Planejamento, no sentido de que sejam tomadas medidas saneadoras e que disciplinem a venda de máquinas e implementos agrícolas, com a exigência de prestação de assistência técnica pelas empresas vendedoras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, no sentido de que seja revista a medida que vem de ser adotada por aquela pasta, com relação ao não abono de faltas por motivo de doenças ao professor suplementarista do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Governador do Estado, manifestando o apoio desta Casa à reivindicação da Associação dos Municípios do Litoral do Paraná, no sentido de incluir a região litorânea no programa de ação do Plano Nacional de Obras e Saneamento a ser desenvolvido no Estado, mediante convênio com o DNOS. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela designação do Sr. Kurt Arthur Schwartz, atualmente Consul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná e Decano do nosso Corpo Consular, para as altas funções de Embaixador Adjunto da República Federal da Alemanha, na República do Iraque. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Rede Ferroviária Federal, no sentido de que seja estabelecido um novo horário para os trens de passageiros entre Antonina e Morretes, mais condizente com o interesse dos usuários. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja aberta uma estrada de acesso à Praia Deserta, no município de Guaraqueçaba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhado sugestão ao Sr. Ministro da Fazenda, face ao seu pronunciamento, com referência a contenção da inflação programada pelo Governo, para que informe à Nação brasileira quais os produtos do comércio, da lavoura e da indústria, que não poderão ser majorados com base na alta recente do petróleo e seus derivados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada sugestão aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Ministro da Fazenda, no sentido de que determine correção da Emenda Constitucional nº 5, de 28 de junho de 1975, dando redação global para cota de participação dos municípios e retirada a Loteria Esportiva por um período não inferior a cinco anos, e proibição por lei, de criação de qualquer tipo de jogos de azar. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Infelizmente não tive oportunidade de estudar profundamente esse pedido formulado pelo eminente Deputado Lúcio Machado. Simplesmente ouvindo o seu comentário na sessão de ante-ontem, mas creio que a aprovação desse pedido não repercutirá bem para esta Casa, pois a loteria esportiva, se de um lado traz algum prejuízo, de outro traz benefícios. O que era preciso e justo seria, era uma sugestão para que fosse um levantamento e uma aplicação proporcional daquilo que é arrecadado em cada município.

Os Srs. Deputados estão bem lembrados que há pouco tempo S. Exa. criticava o jogo do bicho e, em seguida, apresentava uma proposição de regulamentação da zooteca. Agora fez uma proposição suspendendo a loteria esportiva. Não queremos criticar, mas queremos dar como sugestão que fosse feito um apelo no sentido de que desse melhor contribuição, principalmente aos municípios menos favorecidos, que lutam com dificuldades, que não têm uma cancha esportiva, porque às vezes esse dinheiro é aplicado em outras cidades que têm outra maneira de arranjar recursos para construir o seu ginásio de esportes.

As pequenas cidades lutam com dificuldades, e poderiam levar, em prazo oportuno, aos pequenos municípios do interior, para ter suas canchas esportivas.

Por este motivo, perdoe-me o eminente Deputado, votaremos contra o seu pedido. — (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANEOL — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiero a chamada nominal para que se verifique se há número para a votação.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados, requerida pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel.

— (É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Há quorum para a votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não gostaríamos de vir à tribuna para contestar a opinião do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, primeiro, porque S. Exa. como nós, já experimentou a administração municipal, já passou pelo purgatório político que é a Prefeitura, já sentiu na sua própria carne, que o esvaziamento da economia dos municípios brasileiros, esvaziamento, este que aumenta violentamente a cada dia que passa, desarma as comunidades desta Nação, de consciência econômica fazendo com que os prefeitos municipais não tenham condições de dar provimento às suas responsabilidades administrativas.

Quando formalizados o requerimento às autoridades res-

ponsáveis por este problema profundamente chocante que ocorre neste País, o fizemos como municipalistas, o fizemos como ex-Prefeito também de um município brasileiro, o fizemos como homem que também passou pelo sacrifício da economia retirada aviltantemente dos municípios desta Nação. S. Exa. voltou ao passado, há 5 meses, para justificar o seu voto, de que é contra o nosso requerimento, dizendo que hoje pedimos a suspensão da loteria esportiva, e justificando que ela fez a sangria nos municípios brasileiros, tirando de circulação a economia em cada semana da sua atividade, e levando-a para o centro ou entregando-a para os premiados.

Em anos poder-se-á recobrar esta economia que desastrosamente vem desaparecendo nestes anos de jogos de azar.

Devo esclarecer, nobre Deputado e ex-Prefeito, que nós não apresentamos sugestão, àquela oportunidade, às autoridades responsáveis, para as montagens das lotecas porque, a princípio somos contra qualquer espécie de jogo. O jogo é tão desastroso, que ele arranca da miséria de um povo a sua economia, para entregá-la a um somente, e muitas vezes, aquilo que se chama de benefício passa a ser um maléfico.

Procuramos mover o nosso sentimento e fazê-lo chegar às autoridades responsáveis, para que crime maior não fosse cometido através das loterias esportivas, arrancando-se a economia das dos municípios brasileiros e nada devolvendo a estes municípios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui, também como municipalista e não comentou o nobre Deputado Gilberto Carvalho que se desse a cifra total que se deve no município brasileiro - esclareço que, o Governo entendeu, o Governo Central entendeu que poderia fazer corte nesta quota, diminuindo-a em cinquenta por cento. Prova é, que a nossa preocupação está voltada ao plano econômico dos nossos municípios, ao povo que habita as urbes municipais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora sabendo que o nosso requerimento terá que viajar por estradas pedregosas e se chegar ao seu destino, somente com as bênçãos de Deus poderá ser aceito como medida, como lenitivo para a solução deste triste empobrecimento, nós pedimos os votos dos Srs., os votos das duas bancadas, eis que, os Srs. não estarão votando contra o povo, estarão votando sim, contra aquilo que avança na economia deste povo que está mais empobrecido. Disse aqui, desta tribuna, há alguns meses: Será País ou um cassino, que marcha apaixonado para sua grandiosidade e desenvolvimento ou é um País que retira do povo o próprio pão de cada dia e o parlamentar tem medo de votar porque é como disse o nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa responsabilidade neste Parlamento é muito grande perante este povo deste grande Estado do Paraná, por isso mesmo, é como duas bandeiras que passam pelo nosso caminho em busca do mesmo objetivo, defendendo direitos comuns da gente brasileira e principalmente dos municípios que estão cada dia mais pobres e peço as duas bancadas que votem por meu requerimento porque é expressão dos prefeitos e vereadores do Paraná e dos prefeitos e vereadores do Brasil, do povo desta Nação que está sacrificado pela falta de sentimentos e percepção que o jogo de azar só pode corroer a economia desta Nação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, como o requerido contém três aspectos diferentes, vai por em votação item, já que não há, a a nosso ver coordenação entre eles. Colocarei em votação item A.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem).

No meu requerimento já foi discutido, apresentado, lido e poderá ser contestado, reprovado ou aprovado. Pediria que V. Exa. colocasse o meu requerimento como requerimento de sugestão, não existe determinação. Ou a Casa vota pela aprovação o requerimento ou pela reprovação. Não havendo o cuidado de V. Exa. em colocá-lo em votação item por item. Pediria vênha a V. Exa. que colocasse meu requerimento total, global.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa está pretendendo apenas auxiliar porque podem alguns deputados querer votar a favor e outros contra. Se estivesse na Presidência teria pedido a V. Exa. que o desdobrasse para que assuntos diversos não fossem apreciados e votados englobadamente, para que uma votação não prejudique a outra.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem).

A fonte objetiva dos itens constantes do meu requerimento esta contida no discurso que a ele se anexa, logo, os itens um, dois, três tem o mesmo objetivo. Por isso acho que o cuidado de V. Exa. é excessivo.

O SR. PRESIDENTE — Vou ler os itens do seu requerimento: lê item A e item B.

São itens absolutamente diversos. Não me convenceu V. Exa. que isto seja global. A sua filosofia está, no seu discurso, mas na forma requerida é que não está. Não estou discutindo o que pretende V. Exa., impedir a descapitalização dos municípios, no que estou de acordo com V. Exa.

Mas na forma, no tipo de votação, são assuntos absolutamente diversos.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de justificar a V. Exa. que a loteria esportiva é um veículo de circulação e circula nos municípios através das cartas de apostas.

Em segundo lugar, queria informar a V. Exa. que o fato constante da circulação da loteria esportiva e a cota de participação ambos os fatos vêm corresponder ao empobrecimento dos municípios e eu falo no meu requerimento sobre o empobrecimento dos municípios.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa transfere ao plenário a decisão da própria Mesa. Os Srs. Deputados que aceitam a decisão da Mesa, em desdobrar o requerimento do nobre Deputado Lúcio Machado, queiram levantar-se Aprovado a decisão da Mesa. Será posto em votação o item a, que determina correção da Emenda Constitucional nº 5 de 28 de junho de 1975.

Em votação. — Aprovado.

Item b, que retira da circulação a loteria esportiva, por um período superior a 5 anos.

O SR. GABRIEL MANOEL (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A loteria esportiva é um problema complexo, que existe nas Nações super-desenvolvidas onde vemos todo mundo jogar, muitas vezes o seu dinheiro todo, como dizia o eminente autor do Projeto.

Mas o problema é sério e joga quem quer. O governo não obriga, o governo não pede, o governo não faz propaganda para que se jogue na loteria esportiva. Esse dinheiro é aplicado em assistência social. Esse dinheiro, embota não queiram admitir, é aplicado em benefício. Quando o brasileiro, consciente e livre faz a coisa de sua vontade, não podemos tolher essa vontade.

É por isso que somos contra o requerimento do eminente Deputado Lúcio Machado neste tópico, porque o Brasil é um País de um povo que sabe o que quer, que sabe discernir o bem do mal.

Por isso mesmo estamos com o Governo arenista pelo bem estar de nossa terra, pela loteria esportiva, porque o governo não proíbe, mas não coage ninguém a jogar. Se jogarmos é por nossa livre e espontânea vontade. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. — Em votação os itens b e c. Rejeitados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, dia 17, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.